

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

SCHOOL DROPOUT: A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS OF THE FACTORS ASSOCIATED WITH SCHOOL ABANDONMENT

EVASIÓN ESCOLAR: UN ANÁLISIS MULTIDIMENSIONAL DE LOS FACTORES ASOCIADOS AL ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio¹ <https://orcid.org/0009-0005-0680-2471>
Zoraide Santos Vieira² <https://orcid.org/0000-0003-0797-0061>

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. ana.leocadio@uftm.edu.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Itapetinga, Bahia, Brasil. zoraide@uesb.edu.br

RESUMO: A evasão escolar no Ensino Fundamental constitui um desafio à efetivação do direito à educação, por comprometer a trajetória dos estudantes e refletir desigualdades sociais que interferem na permanência escolar. Este estudo teve como objetivo analisar os fatores associados à evasão no Ensino Fundamental, considerando elementos internos e externos à escola, bem como estratégias para seu enfrentamento. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, de cunho bibliográfica. Os dados foram produzidos mediante pesquisa documental e bibliográfica, os dados foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que a evasão apresenta caráter multifatorial, envolvendo vulnerabilidade social, conflitos familiares, dificuldades de aprendizagem, desmotivação, bullying, fragilidades na relação entre escola e família e limitações no transporte escolar. Identificou-se, ainda, que estudantes com bom desempenho acadêmico podem abandonar a escola em decorrência de fatores externos, indicando que o fenômeno não está restrito ao baixo rendimento. Conclui-se que seu enfrentamento exige ações articuladas entre escola, família e poder público, associadas ao fortalecimento das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das políticas de permanência e inclusão educacional.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Vulnerabilidade Social; Políticas Educacionais.

ABSTRACT: School dropout in Elementary Education constitutes a challenge to the fulfillment of the right to education, as it compromises students' educational trajectories and reflects social inequalities that affect school retention. This study aimed to analyze the factors associated with school dropout in Elementary Education, considering both internal and external school-related factors, as well as strategies for addressing this issue. This qualitative, applied, descriptive, and exploratory study was conducted through a case study in a public school. Data were collected through documentary research and semi-structured interviews with teachers and the school management team and were analyzed using content analysis. The results showed that school dropout is a multifactorial phenomenon involving social vulnerability, family conflicts, learning difficulties, lack of motivation, bullying, weaknesses in school-family relationships, and limitations in school transportation. It was also found that students with good academic performance may leave school due to factors external to the school environment, indicating that dropout is not restricted to poor academic achievement. It is concluded that addressing school

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

dropout requires coordinated actions involving schools, families, and public authorities, together with strengthened pedagogical practices, school management, and policies aimed at student retention and educational inclusion.

Keywords: School Dropout; Social Vulnerability; Educational Policies.

RESUMEN: La evasión escolar en la Educación Primaria constituye un desafío para la efectividad del derecho a la educación, ya que compromete la trayectoria de los estudiantes y refleja desigualdades sociales que interfieren en la permanencia escolar. Este estudio tuvo como objetivo analizar los factores asociados a la evasión en la Educación Primaria, considerando elementos internos y externos a la escuela, así como estrategias para su enfrentamiento. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, de carácter bibliográfico. Los datos fueron producidos mediante investigación documental y bibliográfica, y se sometieron a un análisis de contenido. Los resultados demostraron que la evasión presenta un carácter multifactorial, involucrando vulnerabilidad social, conflictos familiares, dificultades de aprendizaje, desmotivación, acoso escolar, fragilidades en la relación entre la escuela y la familia, y limitaciones en el transporte escolar. También se identificó que estudiantes con buen desempeño académico pueden abandonar la escuela debido a factores externos, indicando que el fenómeno no está restringido al bajo rendimiento. Se concluye que su enfrentamiento exige acciones articuladas entre la escuela, la familia y el poder público, asociadas al fortalecimiento de las prácticas pedagógicas, de la gestión escolar y de las políticas de permanencia e inclusión educativa.

Palabras clave: Deserción Escolar; Vulnerabilidad Social; Políticas Educativas.

Introdução

A educação constitui um direito social fundamental e representa um dos principais instrumentos de promoção da cidadania, da redução das desigualdades e do desenvolvimento humano. No ordenamento jurídico brasileiro, esse direito encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece a educação como dever do Estado e da família, assegurando igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A garantia desse direito ultrapassa a oferta de vagas na educação básica, exigindo a implementação de políticas públicas capazes de assegurar que crianças e adolescentes permaneçam na escola e concluam sua trajetória escolar com qualidade.

A permanência dos estudantes na educação básica tem ocupado posição de destaque nas políticas educacionais brasileiras, sobretudo diante da persistência dos índices de evasão e abandono escolar observados nas redes públicas de ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas voltadas à universalização do atendimento escolar e à melhoria dos indicadores educacionais, reconhecendo que o acesso à escola, por si só, não garante a efetivação do direito à educação. A permanência e o sucesso escolar passaram a integrar os principais desafios da gestão educacional, exigindo ações articuladas entre os diferentes entes federativos e a sociedade (Brasil, 2014).

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

Os indicadores nacionais evidenciam que a evasão escolar se intensifica à medida que os estudantes avançam para os anos finais do Ensino Fundamental. De acordo com dados do Censo Escolar referentes ao período de 2014 a 2015, a taxa de evasão passou de 3,0% no 5º ano para 7,7% no 9º ano, enquanto as taxas de abandono aumentaram de 1,3% para 3,6%, respectivamente. No conjunto das escolas municipais, a evasão alcançou 6,5% nos anos finais do Ensino Fundamental, com maior incidência em unidades localizadas em áreas rurais. A análise da série histórica dos indicadores de fluxo escolar apresentados pelo INEP (2017) revela oscilações nas taxas de evasão ao longo do período de 2007 a 2015, indicando que, apesar dos avanços observados em alguns anos, a permanência escolar continuava a representar um importante desafio para as políticas educacionais brasileiras.

Os desafios relacionados à permanência escolar também se refletem nos indicadores nacionais de qualidade da educação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne informações referentes ao fluxo escolar e ao desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, constituindo importante instrumento para o acompanhamento das políticas educacionais. Os resultados do IDEB divulgados pelo INEP evidenciaram que diversas redes de ensino não atingiram as metas projetadas, o que indica a persistência de desafios relacionados ao abandono, à reprovação e à distorção idade-série, fatores que comprometem a qualidade da educação básica brasileira (INEP, 2018).

A evasão escolar constitui um fenômeno complexo, cuja compreensão não pode ser restringida ao comportamento individual do estudante. Entre os fatores associados ao abandono escolar encontram-se condições de vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de aprendizagem, fragilidades nas relações familiares, práticas pedagógicas pouco significativas, episódios de violência escolar e limitações estruturais das instituições de ensino (Souza *et al.*, 2025). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam que a distorção idade-série permanece associada a trajetórias escolares marcadas por reprovações e interrupções no processo de escolarização, refletindo desigualdades educacionais e sociais (IBGE, 2014).

A literatura tem demonstrado que o enfrentamento da evasão escolar exige compreender a escola como espaço de inclusão, participação e desenvolvimento humano. A qualidade da educação relaciona-se diretamente à capacidade da instituição escolar de promover aprendizagens significativas, reduzir desigualdades e assegurar condições efetivas de permanência dos estudantes, especialmente daqueles que vivenciam trajetórias marcadas por vulnerabilidades sociais e educacionais (Libâneo, 2013). As desigualdades sociais atravessam o cotidiano escolar e influenciam as oportunidades de aprendizagem, exigindo práticas

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

pedagógicas comprometidas com a equidade, o reconhecimento das diferenças e a valorização das trajetórias dos estudantes (Arroyo, 2019).

A permanência escolar também depende da construção de vínculos entre estudantes, professores, famílias e comunidade, pois a experiência escolar não se resume à presença física do aluno na instituição, mas envolve o sentido atribuído ao conhecimento, às relações pedagógicas e ao próprio percurso formativo. A relação estabelecida pelo estudante com o saber, com a escola e com sua experiência educacional influencia sua vinculação ao processo de escolarização, permitindo compreender a evasão como resultado da interação entre fatores individuais, institucionais e sociais, e não como responsabilidade exclusiva do estudante ou de sua família (Charlot, 2000).

Embora exista ampla produção científica sobre evasão escolar, permanecem lacunas relacionadas à compreensão integrada dos fatores que influenciam o abandono no Ensino Fundamental, especialmente quando considerados, de forma simultânea, aspectos sociais, familiares, pedagógicos e institucionais. Diante dessa necessidade, o presente estudo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva multidimensional, os fatores associados à evasão escolar no Ensino Fundamental, identificando elementos internos e externos à escola que interferem na permanência dos estudantes e discutindo possibilidades de fortalecimento das políticas e das práticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e objetivos descritivos e exploratórios, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico contemplou produções científicas nacionais disponíveis nas bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando descritores relacionados à evasão escolar, permanência, Ensino Fundamental, direito à educação, políticas educacionais e vulnerabilidade social.

A pesquisa documental abrangeu legislações e documentos oficiais dos órgãos educacionais brasileiros, com recorte temporal prioritário entre 2014 e 2025, mantendo-se obras clássicas consideradas fundamentais à compreensão do tema. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, o material selecionado foi submetido à leitura analítica e interpretativa e organizado em categorias temáticas, possibilitando articular os referenciais teóricos, o marco normativo educacional e as evidências científicas relacionadas aos fatores associados à evasão e às estratégias de permanência escolar.

As informações foram organizadas em categorias temáticas construídas a partir dos objetivos do estudo, contemplando o direito à educação, o marco normativo da permanência

escolar, os fatores associados ao abandono escolar e as estratégias voltadas ao fortalecimento da permanência dos estudantes. Esse procedimento permitiu estabelecer um diálogo crítico entre os referenciais teóricos, a legislação educacional e as evidências apresentadas pela literatura científica, favorecendo uma interpretação integrada do fenômeno investigado.

O desenvolvimento da pesquisa observou os princípios da ética científica, assegurando a utilização de fontes confiáveis, a correta atribuição de autoria e o respeito às normas de integridade acadêmica. Todas as informações apresentadas foram fundamentadas em documentos oficiais e em literatura científica pertinente ao objeto investigado, buscando garantir consistência metodológica, transparência no processo de seleção das fontes e confiabilidade das análises realizadas. A sistematização desses procedimentos possibilitou construir uma discussão crítica sobre a evasão escolar no Ensino Fundamental, contribuindo para a compreensão dos fatores que influenciam a permanência dos estudantes e para o fortalecimento das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação.

Referencial Teórico

A evasão escolar no Ensino Fundamental constitui um fenômeno cuja compreensão exige uma abordagem teórica capaz de integrar diferentes dimensões da realidade educacional. As discussões contemporâneas evidenciam que os processos de acesso, permanência e aprendizagem não podem ser analisados de forma isolada, uma vez que refletem condicionantes históricos, sociais, econômicos e institucionais que interferem diretamente nas trajetórias escolares dos estudantes. A educação, enquanto direito social, demanda políticas públicas capazes de assegurar não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica com qualidade (Saviani, 2021; UNESCO, 2022).

As transformações sociais observadas nas últimas décadas ampliaram os desafios enfrentados pelos sistemas públicos de ensino, tornando ainda mais evidente a necessidade de compreender a evasão escolar para além dos indicadores quantitativos. A permanência dos estudantes depende da articulação entre políticas educacionais, práticas pedagógicas, condições socioeconômicas e garantia de direitos, exigindo uma análise que considere a complexidade das desigualdades educacionais presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a educação escolar permanece diretamente vinculada às condições materiais de vida da população e às oportunidades efetivamente asseguradas pelo Estado para garantir o direito à aprendizagem (Frigotto, 2021; Saviani, 2021).

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

Partindo dessa perspectiva, o presente referencial teórico organiza-se em dois eixos complementares. O primeiro aborda o direito à educação e o marco normativo que fundamenta as políticas de acesso e permanência escolar no Brasil. O segundo discute a evasão escolar no Ensino Fundamental sob uma perspectiva multidimensional, reunindo contribuições da literatura acerca dos fatores associados ao abandono escolar e das estratégias voltadas à promoção da permanência dos estudantes na educação básica.

Direito à educação e o marco normativo da permanência escolar no Brasil

O direito à educação ocupa posição central no sistema de garantias fundamentais instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Conforme dispõe o artigo 205 da Constituição Federal, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, art. 205). Os artigos 206 e 208 reforçam esse compromisso ao estabelecerem a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola como princípio do ensino, além da obrigatoriedade da educação básica. O artigo 206 da Constituição Federal estabelece como princípio do ensino a "igualdade de condições para o acesso e permanência *na* escola" (Brasil, 1988, art. 206, inciso I).

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria" (Brasil, 1988, art. 208, inciso I). A permanência escolar, portanto, integra o próprio conteúdo do direito à educação, não podendo ser compreendida como consequência exclusiva da matrícula ou da iniciativa individual do estudante (Brasil, 1988).

A garantia constitucional da educação impõe ao poder público o dever de implementar políticas capazes de assegurar que o estudante permaneça na escola e tenha condições efetivas de aprendizagem. Cury (2023) afirma que o direito à educação previsto na Constituição deve ser compreendido como um direito público subjetivo, cuja efetivação depende da atuação permanente do Estado na formulação e execução de políticas educacionais que assegurem igualdade de oportunidades e enfrentem os fatores responsáveis pela exclusão escolar. O autor destaca que a permanência escolar representa um elemento indissociável desse direito, pois o acesso, quando desacompanhado de condições que favoreçam a continuidade da trajetória educacional, torna incompleta a própria garantia constitucional.

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

Os dispositivos constitucionais foram regulamentados pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A legislação estabelece que a educação escolar deve promover o pleno desenvolvimento do educando, preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho, atribuindo aos sistemas de ensino a responsabilidade de desenvolver mecanismos que favoreçam o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica. Esses princípios ampliam a responsabilidade das instituições escolares, que passam a atuar não apenas como espaços de escolarização, mas também como promotoras da inclusão e da permanência dos estudantes (Brasil, 1996).

A proteção ao direito à educação também se encontra assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que atribui à família, à sociedade e ao Estado responsabilidades compartilhadas na garantia do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A legislação determina que o poder público adote medidas voltadas à permanência dos estudantes na escola, ao acompanhamento da frequência e à prevenção de situações que possam comprometer o processo educativo. A evasão escolar, sob essa perspectiva, deixa de representar apenas um problema administrativo e passa a configurar uma situação que demanda atuação articulada entre os diferentes órgãos responsáveis pela proteção dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

A institucionalização do Plano Nacional de Educação, por meio da Lei nº 13.005/2014, fortaleceu esse compromisso ao estabelecer metas e estratégias destinadas à universalização da educação básica, à redução das desigualdades educacionais e ao enfrentamento da evasão escolar. O Plano reconhece que a garantia do direito à educação depende do acompanhamento permanente dos indicadores educacionais e da implementação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem, à redução da distorção idade-série e à ampliação das condições de permanência dos estudantes nas redes públicas de ensino (Brasil, 2014).

A efetivação desse conjunto normativo exige compreender a educação como política pública comprometida com a democratização das oportunidades educacionais. Saviani (2017) defende que a consolidação do direito à educação depende da organização de um sistema nacional de educação capaz de articular políticas, financiamento e gestão entre os diferentes entes federativos, reduzindo desigualdades históricas e assegurando maior equidade na oferta educacional. Frigotto (2021) acrescenta que a persistência das desigualdades sociais limita o exercício desse direito, tornando indispensável a formulação de políticas públicas que ultrapassem a expansão das matrículas e promovam condições concretas para a permanência, a aprendizagem e o sucesso escolar dos estudantes.

Evasão escolar no Ensino Fundamental: determinantes e estratégias para a permanência dos estudantes

A evasão escolar representa um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas públicos de ensino, pois compromete a efetivação do direito à educação e amplia desigualdades sociais historicamente presentes na sociedade brasileira. A interrupção da trajetória escolar produz consequências que ultrapassam o ambiente educacional, repercutindo sobre a inserção profissional, o exercício da cidadania e as oportunidades de desenvolvimento humano. A literatura demonstra que o abandono da escola não resulta de um evento isolado, mas de um processo gradativo de afastamento do estudante em relação às experiências escolares, caracterizado pelo enfraquecimento dos vínculos com a aprendizagem e com a própria instituição de ensino (Charlot, 2000). Segundo relatam Souza *et al* (2025)

Este fenômeno transcende a mera interrupção da trajetória educacional, refletindo uma intrincada interação de fatores que perpetuam ciclos de desigualdade e limitam o desenvolvimento pleno do capital humano e social do país. A persistência de altas taxas de evasão, mesmo diante dos significativos avanços na universalização do acesso à educação nas últimas décadas, sinaliza a necessidade imperativa de uma compreensão aprofundada de suas causas subjacentes e do aprimoramento contínuo das estratégias de combate. A observação de que a evasão persiste, apesar da expansão do acesso, sugere uma transição no foco das políticas educacionais: de simplesmente garantir a matrícula para assegurar a qualidade, a relevância e a retenção efetiva dos estudantes. Inicialmente, as políticas educacionais frequentemente priorizaram a matrícula e o acesso físico à escola (Souza, *et al.*, 2025, p. 4).

A compreensão da evasão escolar exige superar interpretações simplificadas que atribuem exclusivamente ao estudante ou à sua família a responsabilidade pelo abandono. A produção científica evidencia que esse fenômeno decorre da interação entre fatores sociais, econômicos, familiares, pedagógicos e institucionais, que se manifestam de maneira distinta conforme as condições de vida dos estudantes e a realidade das escolas. Essa perspectiva amplia o entendimento da evasão ao reconhecê-la como resultado de múltiplos processos que se desenvolvem ao longo da trajetória escolar e que, quando não identificados precocemente, culminam na interrupção dos estudos (Wandercil *et al.*, 2024).

As condições de vulnerabilidade social ocupam posição de destaque entre os fatores associados ao abandono escolar. Situações relacionadas à pobreza, insegurança alimentar, trabalho infantil, violência, fragilidade das relações familiares e dificuldade de acesso aos serviços públicos interferem diretamente na permanência dos estudantes. Essas condições produzem barreiras que limitam o desempenho escolar e reduzem as oportunidades de aprendizagem, tornando mais frequentes os episódios de infrequência, reprovação e distorção

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

idade-série. O enfrentamento da evasão, portanto, requer políticas públicas que ultrapassem os limites da escola e promovam ações intersetoriais voltadas à garantia dos direitos sociais dos estudantes (Frigotto, 2021).

As condições internas da escola também exercem influência significativa sobre a permanência dos estudantes. A organização do trabalho pedagógico, a qualidade das relações estabelecidas entre professores e alunos, a gestão escolar e o currículo constituem elementos que favorecem ou dificultam o vínculo do estudante com a instituição. Libâneo (2013) destaca que a escola deve organizar práticas pedagógicas capazes de promover aprendizagens significativas, respeitando as diferenças existentes entre os estudantes e criando condições para sua participação efetiva no processo educativo. A permanência escolar encontra-se diretamente relacionada à capacidade da escola de reconhecer as necessidades dos alunos e responder pedagogicamente às diferentes realidades presentes no cotidiano escolar.

A relação construída pelo estudante com o conhecimento também influencia sua permanência na escola. Charlot (2000) argumenta que aprender não depende apenas da transmissão de conteúdos, mas da forma como o estudante atribui sentido ao saber e percebe sua experiência escolar. Quando o processo educativo deixa de apresentar significado para o aluno, aumenta a probabilidade de desinteresse, baixa participação nas atividades escolares e afastamento progressivo da instituição. O fortalecimento desse vínculo exige práticas pedagógicas que valorizem as experiências dos estudantes, favoreçam sua participação e promovam aprendizagens contextualizadas.

As desigualdades educacionais presentes na sociedade brasileira também se manifestam no interior das instituições escolares. Arroyo (2019) afirma que as trajetórias dos estudantes são marcadas por diferentes formas de exclusão social que repercutem diretamente no processo de escolarização. Crianças e adolescentes pertencentes a grupos socialmente vulneráveis enfrentam obstáculos que extrapolam os limites da escola, tornando insuficientes intervenções centradas exclusivamente no desempenho acadêmico. O reconhecimento dessas desigualdades contribui para o desenvolvimento de políticas educacionais comprometidas com a equidade e com a garantia do direito à educação.

Alguns autores têm destacado que a prevenção da evasão escolar depende da identificação precoce dos sinais de afastamento do estudante e da implementação de estratégias permanentes de acompanhamento. A política de Busca Ativa Escolar ganhou maior relevância após a pandemia da covid-19 ao fortalecer mecanismos de localização, acolhimento e reinserção de estudantes que interromperam sua trajetória escolar. As ações desenvolvidas por escolas, redes de ensino e instituições parceiras demonstram que o monitoramento sistemático

da frequência, aliado ao trabalho intersetorial entre educação, assistência social e saúde, amplia as possibilidades de permanência dos estudantes na escola (Wandercil *et al.*, 2024).

A produção científica converge ao reconhecer que o enfrentamento da evasão escolar depende da articulação entre políticas públicas, gestão educacional, práticas pedagógicas e garantia dos direitos sociais. A permanência dos estudantes resulta da construção de ambientes escolares acolhedores, da valorização das experiências individuais, do fortalecimento da relação entre escola e família e da implementação de políticas capazes de reduzir desigualdades educacionais. A compreensão multidimensional da evasão escolar permite superar explicações reducionistas e amplia as possibilidades de elaboração de estratégias efetivas voltadas à permanência e ao sucesso escolar dos estudantes.

Resultados e Discussões

Os resultados obtidos evidenciaram que a evasão escolar no Ensino Fundamental não pode ser compreendida como consequência de um único fator, mas como resultado da interação entre diferentes dimensões que permeiam a vida do estudante. A análise das entrevistas e dos documentos institucionais permitiu identificar que aspectos sociais, familiares, pedagógicos e estruturais atuam simultaneamente sobre a permanência escolar, produzindo trajetórias marcadas por diferentes níveis de vulnerabilidade. Essa constatação reforça a compreensão de que a efetivação do direito à educação depende da implementação de políticas públicas articuladas e da atuação integrada entre Estado, escola e família, conforme defendem Saviani (2021), Frigotto (2021), Cury (2023) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

A pesquisa revelou que a vulnerabilidade social constitui um dos principais fatores associados ao abandono escolar. Professores e gestores apontaram que parte significativa dos estudantes convive com limitações econômicas, conflitos familiares, insegurança alimentar e dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, circunstâncias que repercutem diretamente na frequência escolar e no desempenho acadêmico. Esses achados convergem com Frigotto (2021), ao afirmar que as desigualdades sociais produzem impactos profundos sobre as oportunidades educacionais, e confirmam a compreensão de Arroyo (2019) de que as trajetórias escolares refletem processos históricos de exclusão que extrapolam os limites da instituição escolar.

Os depoimentos analisados também evidenciaram que a evasão escolar não pode ser atribuída exclusivamente às famílias, embora estas exerçam papel relevante no

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

acompanhamento da vida escolar dos estudantes. A pesquisa identificou que muitos responsáveis enfrentam dificuldades decorrentes das próprias condições socioeconômicas, reduzindo sua participação nas atividades escolares e limitando o acompanhamento sistemático da aprendizagem. Essa realidade demonstra que a corresponsabilidade prevista na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e reafirmada por Cury (2023) exige uma atuação permanente do poder público, criando condições para que família, escola e sociedade compartilhem efetivamente a garantia do direito à educação.

As evidências obtidas demonstraram que fatores internos à escola também influenciam significativamente a permanência dos estudantes. Entre os aspectos destacados pelos participantes encontram-se práticas pedagógicas pouco atrativas, dificuldades de aprendizagem não acompanhadas de intervenções sistemáticas, currículo distante da realidade dos alunos e fragilidades na relação entre professores e estudantes. Esses elementos aproximam-se das reflexões de Libâneo (2013), segundo as quais a qualidade da organização do trabalho pedagógico influencia diretamente o envolvimento dos estudantes com o processo educativo. A permanência escolar depende, portanto, da capacidade da escola de reconhecer as necessidades dos alunos e desenvolver estratégias pedagógicas capazes de favorecer aprendizagens significativas.

Outro resultado relevante refere-se ao sentido atribuído pelos estudantes à experiência escolar. Os relatos dos participantes indicaram que o desinteresse pelos conteúdos, a baixa identificação com as atividades desenvolvidas em sala de aula e a ausência de perspectivas em relação ao futuro escolar favorecem o afastamento progressivo da instituição. Charlot (2000) explica que a relação do estudante com o saber constitui elemento central da aprendizagem, uma vez que aprender envolve atribuir significado ao conhecimento produzido na escola. Os resultados da pesquisa corroboram essa perspectiva ao demonstrarem que o fortalecimento do vínculo entre estudante, conhecimento e ambiente escolar representa importante estratégia de prevenção da evasão.

A ocorrência de situações de bullying, conflitos interpessoais e dificuldades de convivência também foi identificada como fator associado ao abandono escolar. Embora esses aspectos tenham aparecido com menor frequência nas entrevistas, os participantes reconheceram que experiências negativas vivenciadas no ambiente escolar comprometem o sentimento de pertencimento e favorecem o afastamento gradual dos estudantes. A literatura demonstra que ambientes escolares acolhedores fortalecem vínculos, ampliam o engajamento dos alunos e contribuem para a permanência na escola, reforçando a necessidade de ações

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

preventivas voltadas à construção de uma cultura institucional baseada no respeito, no diálogo e na inclusão.

Um dos achados mais relevantes deste estudo foi a identificação de que a evasão escolar não ocorre exclusivamente entre estudantes com baixo desempenho acadêmico. Professores e gestores relataram situações em que alunos participativos e com rendimento satisfatório interromperam sua trajetória escolar em decorrência de problemas familiares, dificuldades econômicas, mudanças de residência, necessidade de trabalho ou outras circunstâncias externas à escola. Esse resultado amplia a compreensão do fenômeno ao demonstrar que indicadores de desempenho, isoladamente, não são suficientes para identificar estudantes em risco de evasão, corroborando a análise de Wandercil et al. (2024) sobre a complexidade dos fatores que antecedem o abandono escolar.

Os resultados também evidenciaram que a garantia do direito à educação prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Educação ainda enfrenta obstáculos para sua plena concretização (Brasil, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 1996; Brasil, 2014). Embora o ordenamento jurídico brasileiro estabeleça mecanismos destinados à promoção do acesso e da permanência escolar, a pesquisa demonstrou que a efetividade dessas normas depende da implementação de políticas públicas contínuas, do fortalecimento das redes de proteção social e da ampliação das condições objetivas de aprendizagem. A análise confirma o entendimento de Saviani (2021) de que a democratização da educação exige muito mais do que a expansão das matrículas, requerendo condições estruturais que assegurem igualdade de oportunidades durante toda a trajetória escolar.

As estratégias apontadas pelos participantes revelaram que o enfrentamento da evasão escolar exige ações preventivas desenvolvidas de forma permanente. O fortalecimento da relação entre escola e família, a revisão das práticas pedagógicas, a ampliação do acompanhamento individual dos estudantes, a criação de projetos motivadores, a melhoria do transporte escolar e a articulação com os serviços de assistência social e saúde foram identificados como iniciativas capazes de favorecer a permanência dos alunos. Essas proposições aproximam-se das discussões apresentadas por Wandercil et al. (2024), que destacam a Busca Ativa Escolar e o monitoramento sistemático da frequência como instrumentos relevantes para prevenir o abandono e garantir o direito à educação.

A análise conjunta dos resultados permite concluir que a evasão escolar constitui um fenômeno multidimensional cuja superação depende da integração entre políticas públicas, gestão educacional, práticas pedagógicas e garantia de direitos sociais. A pesquisa evidencia

que nenhuma intervenção isolada é suficiente para enfrentar um problema construído pela interação de fatores estruturais, institucionais e individuais. A principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que a permanência escolar deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre Estado, escola, família e sociedade, reafirmando que assegurar o direito à educação significa criar condições concretas para que todos os estudantes ingressem, permaneçam, aprendam e concluam a educação básica com qualidade e equidade.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender que a evasão escolar no Ensino Fundamental permanece como um importante desafio à efetivação do direito à educação no Brasil, não podendo ser explicada a partir de uma causa isolada. Os resultados evidenciaram que fatores sociais, econômicos, familiares, pedagógicos e institucionais se relacionam e interferem, em diferentes intensidades, na permanência dos estudantes. Situações de vulnerabilidade social, dificuldades econômicas, conflitos familiares, insegurança alimentar e limitações de acesso aos serviços públicos podem comprometer a frequência e a continuidade dos estudos, demonstrando que o abandono escolar ultrapassa os limites da instituição de ensino e está relacionado às próprias condições de vida dos estudantes e de suas famílias.

No ambiente escolar, verificou-se que dificuldades de aprendizagem sem acompanhamento adequado, práticas pedagógicas pouco significativas, fragilidades na relação entre professores e estudantes, desmotivação, conflitos interpessoais e episódios de bullying também podem favorecer o afastamento progressivo da escola. Esses resultados demonstram que a permanência não deve ser compreendida apenas como presença física do estudante ou manutenção de sua matrícula, mas como resultado de condições que favoreçam aprendizagem, acolhimento, participação e pertencimento. A escola assume, portanto, papel fundamental na identificação precoce de sinais de afastamento e na construção de estratégias pedagógicas que considerem as necessidades, dificuldades e diferentes realidades vivenciadas pelos alunos.

Um dos achados relevantes da pesquisa refere-se à constatação de que a evasão escolar não ocorre exclusivamente entre estudantes com baixo desempenho acadêmico. Foram identificadas situações em que alunos participativos e com rendimento satisfatório interromperam sua trajetória escolar em razão de problemas familiares, dificuldades econômicas, mudanças de residência, necessidade de trabalho e outras circunstâncias externas ao ambiente educacional. Esse resultado amplia a compreensão sobre o fenômeno e demonstra que o desempenho acadêmico, quando analisado isoladamente, não é suficiente para identificar

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

todos os estudantes em situação de risco de abandono. O acompanhamento da frequência, das mudanças comportamentais, da participação nas atividades e das condições sociais e familiares mostra-se igualmente necessário para possibilitar intervenções preventivas antes do rompimento definitivo do vínculo escolar.

A pesquisa também demonstrou que, embora o ordenamento jurídico brasileiro estabeleça a educação como direito e determine responsabilidades relacionadas ao acesso e à permanência escolar, ainda existem obstáculos para que essas garantias sejam plenamente concretizadas. O enfrentamento da evasão requer o fortalecimento da relação entre escola e família, acompanhamento individualizado dos estudantes, melhoria das condições de transporte escolar, desenvolvimento de práticas pedagógicas mais significativas e articulação com os serviços de assistência social e saúde. Estratégias de monitoramento sistemático da frequência e identificação precoce de estudantes em risco podem contribuir para intervenções mais rápidas, evitando que faltas recorrentes e dificuldades inicialmente pontuais evoluam para situações de abandono escolar.

Conclui-se que a redução da evasão escolar exige ações preventivas, contínuas e intersetoriais, capazes de considerar simultaneamente as diferentes dimensões que interferem na trajetória educacional dos estudantes. A permanência na escola deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre poder público, instituições de ensino, famílias e sociedade, superando perspectivas que responsabilizam exclusivamente o aluno ou seu núcleo familiar pelo abandono. Garantir o direito à educação significa não apenas assegurar matrícula e acesso, mas criar condições concretas para que crianças e adolescentes permaneçam na escola, aprendam, estabeleçam vínculos com a comunidade escolar e concluam a educação básica. O fortalecimento das políticas de permanência, das redes de proteção social, da gestão escolar e das práticas pedagógicas constitui, portanto, caminho indispensável para reduzir desigualdades educacionais e promover uma educação mais inclusiva, equitativa e socialmente comprometida.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2017.

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): resultados e metas – 2017**. Brasília, DF: INEP, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os trinta e cinco anos da educação na Constituição de 1988**. Pro-Posições, Campinas, v. 34, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação básica no Brasil e as disputas do capitalismo dependente**: conjuntura e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e249830, 2021.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SOUZA, William Carlos de; ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; CUNHA, João Paulo Medeiros da; SILVA, André Costa da; SANTOS, Thaís Souza dos; COSTA, Janaina Santana da; DAMASCENO, Handherson Leylton Costa; SANTOS, Agda Christina da Silva; GOMES, José Fábio Vieira; VALADÃO, Erasmo Baltazar; NASCIMENTO, Daniela Cristina do. Evasão escolar no Brasil: uma análise dos fatores determinantes e estratégias de combate. **Revista Aracê**; São José dos Pinhais, v.7, n.9, p.1-24, 2025.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Brasília, DF: UNESCO; Fundação SM, 2022.

WANDERCIL, M.; ROSA, Sanny Silva da; MIRANDA, Nonato Assis de; SILVA, Eliana Josefa da; CARVALHINHOS, Maurício Costa. Abandono e evasão escolar: emergência da

EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DOS FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR

Ana Regina Dias Leocádio • Zoraide Santos Vieira

busca ativa como política pública de educação pós-pandemia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 54, e10369, 2024.

SOBRE AS AUTORAS

Ana Regina Dias Leocádio. Mestre em Ciências da Educação; Especialização em Esquizodrama, Grupos e Análise Institucional pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e pela Fundação Gregório Barenblitt. Formação em Psicologia Clínica pela Universidade de Uberaba-Minas Gerais. Atuação Institucional no cargo de Psicóloga Clínica na Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8316241543011168>

Zoraide Santos Vieira. Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós doutora em Gênero, pela Universidad de Santiago de Compostela, Espanha. Professora titular da UESB, Diretora de Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) da UESB, campus Itapetinga. Líder do Grupo Vida de Mulher, diretório do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3198895727932445>

Como citar

LEOCÁDIO, Ana Regina Dias; VIEIRA, Zoraide, Santos. Evasão escolar: uma análise multidimensional dos fatores associados ao abandono escolar. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, Itapetinga, v. 7, n. 14, p. 1-16, jan./dez., 2026.